

Ética e fenomenologia na formação em Psicologia¹

William B. Gomes² e Mariane L. Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

Esta análise refere-se ao inciso 'a' do Art. 12 da Proposta de Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Psicologia, enviadas ao Conselho Nacional de Educação pela Comissão de Especialista de Ensino em Psicologia do MEC/SESU, no mês de outubro de 1999. O inciso requer que a formação desenvolva nos estudantes a capacidade para avaliar criticamente diferentes teorias e metodologias em psicologia. O presente estudo sugere como uma fenomenologia reflexiva, empírica e descritiva pode contribuir para o desenvolvimento de uma crítica epistemológica ética. Para tanto, recorre aos tropos de linguagem para elucidar estruturas representativas atribuídas a relações entre objetos e conceitos, em diferentes possibilidades contextuais. A análise apresentada ressalta que o exercício crítico deve ser movido por uma ética para a descoberta e não de uma ética para afirmativa dos próprios vieses.

Palavras chave: fenomenologia, formação, ética, semiótica, psicologia.

Ethics and phenomenology in the graduation in Psychology

Abstract

This analysis refers to the Article 12, item "a" from the proposal for the New Curricular Directions for the training in Psychology, in Brazilian institutions of higher education. A Committee of Teaching Specialists in Psychology from the Secretary of Education, Federal Government, has prepared the proposal and, sent it to the appreciation of the National Council of Education, in October 1999. According to that item the education in Psychology should develop critical sense in the students, so that they would be able to evaluate all the different theories and methodologies in the area. This study suggests how reflexive, empiric and descriptive phenomenology may contribute to the development of ethical and epistemological criticism. For that, it should be used language tropes to elucidate the representative structures, which are attributed to the relationship between object and concept, in different contextual possibilities. The analysis presented has concluded that the critical analysis should be guided by the ethics for discovery (self-reassurance) and not by the ethics of bias.

Key words: phenomenology, training, ethics, semiotics, psychology.

As Novas Diretrizes Curriculares³ para os cursos de graduação recomendam que uma formação básica, sólida, científica e generalista contemple, em nível informativo e analítico, as principais abordagens

formadoras do pensamento psicológico contemporâneo. Na atualidade, considera-se como grandes abordagens em Psicologia as tradições biológicas, comportamentais, cognitivas, psicanalíticas, e

1. Trabalho apresentado na Mesa redonda *Fenomenologia e a formação científico-profissional em psicologia* na XXIX Reunião Anual de Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia, Campinas - SP, outubro de 1999.

2. Endereço para correspondência: Instituto de Psicologia da UFRGS. Rua Ramiro Barcelos, 2600/119 - CEP 90035.003 Porto Alegre - RS. Fone (51) 316-5115. Fax (51) 330-4797 e-mail: gomesw@vortex.ufrgs.br

Apoio financeiro CNPq e CAPES

3. Refere-se a proposta de Diretrizes Curriculares preparadas pela Comissão de Especialistas de Ensino, Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e enviadas para apreciação do Conselho Nacional de Educação em outubro de 1999.

fenomenológico-existenciais (Atkinson, Atkinson, Smith e Ben, 1995). Na prática, observa-se um desequilíbrio entre o estudo dessas abordagens, por razões certamente associadas a tradições culturais, ideologias, interesses e limitações institucionais. Na verdade, tem sido difícil atender satisfatoriamente à grande diversidade de interesses e abordagens em psicologia. Por outro lado, o avanço do conhecimento psicológico vem priorizando a atenção para problemas e não para abordagens. Paul Fraisse (1970), nos idos de 1963, quando organizou juntamente com Piaget e Reuchlin um *Traité de Psychologie Expérimentale*, escreveu no seu texto sobre História da Psicologia Experimental que o debate entre sistemas (abordagens) não era mais tão intenso quanto foi no início do século XX. O interesse naquele momento, argumentava o autor, era sobre problemas clássicos da psicologia, por exemplo: percepção, memória, consciência, aprendizagem e emoção. Espera-se que as Diretrizes Curriculares incentivem a prática de uma formação em psicologia na qual o problema e o seu contexto chamem o instrumental teórico e metodológico e não o contrário. Assim, atenderia seus propósitos de formar, na graduação, um profissional com visão ampla de campo e preparado para uma atuação instrumental básica e capaz de sobreviver aos modismos teóricos.

Esta exposição trata da relação entre problemas e abordagens no contexto da formação em psicologia, nos cursos de graduação. O ensino de graduação baseia sua organização em um conjunto de disciplinas, interligadas em uma determinada seqüência temporal, de flexibilidade variada. Um dos problemas desta forma de organização é a divisão do conhecimento em partes estanques e fragmentadas, resultando quase sempre em uma formação desarticulada. Na proposta das novas Diretrizes Curriculares procura-se superar essas dificuldades através de uma concepção de curso claramente definida em competências e habilidades. Por competência entende-se a especificação de desempenhos e atuações que devem ser implementadas na formação. Por habilidades, refere-se aos requisitos necessários ao desenvolvimento de uma competência. A compreensão dos dois conceitos

esclarece várias das discussões em torno das novas Diretrizes, como por exemplo, formação generalista versus formação especialista, ou estágio básico versus estágio específico. Também deve ser reconsiderada a crença de que uma concepção de curso baseado na definição de competências leva necessariamente à formação tecnicista. A redução ao ensino tecnicista ou discursivista certamente ocorrerá se as definições de competências não forem suficientemente abrangentes. As Diretrizes Curriculares para os cursos de Psicologia definem, para o núcleo comum a todos os cursos, competências e habilidades que estão contextualizadas em um conjunto de princípios e compromissos (Art. 5º). Esses princípios e compromissos estão fundamentados por eixos estruturantes (Art. 12) que integram tradições históricas e epistemológicas com formação científica, profissional e ética.

O problema escolhido para análise nesta exposição é sugerido pelo inciso "a" do Art. 12 que se refere à "capacidade para avaliar criticamente diferentes teorias e metodologias em psicologia". O problema pode ser definido através da seguinte pergunta: Como promover uma formação abrangente que seja primordialmente uma crítica ética e não uma ética crítica? Note-se que a pergunta introduziu o termo ética. Assim, o problema a ser examinado é a difícil relação entre crítica e ética. A abordagem que subsidiará a análise proposta é baseada em conceitos fenomenológicos (Spiegelberg, 1972) conforme justificativa a ser apresentada posteriormente. A análise será apresentada do seguinte modo: primeiro define-se crítica e ética para diferenciar ética crítica (imposição de um valor) de crítica ética (descoberta de um valor); segundo, apresenta-se o conceito psicológico de consciência, na perspectiva da fenomenologia para destacar a sua função reflexiva, isto é, a capacidade da consciência de voltar-se sobre si mesma; terceiro, discute os problemas reflexivos na mediação relacional entre presenças e ausências na constituição do sentido; quarto, ilustra as dificuldades mediacionais entre presenças e ausências através de tropos de linguagem como sugerido pelo antropólogo Edmund Leach (1976) e pelo sociólogo Kenneth

Burke (1962). Por fim, conclui que a abordagem fenomenológica hermenêutica oferece um instrumental metodológico e conceitual à formação em psicologia que pode ser usado em combinação com diferentes teorias, sendo incompatível apenas com o exercício da ética crítica.

Crítica e ética

A tradição no ensino de Psicologia no Brasil é fortemente vinculado à doutrinação teórica. A retórica teórica aparece com muita força certamente em decorrência da dificuldade de se distinguir, em situações sociais e humanas, o que é fato e o que é valor (Lanigan, 1988). Na década de 80 acreditou-se que o estudo epistemológico poderia esclarecer as relações entre objeto e valor, sendo valor a escolha do método para estudo de um objeto psicológico qualquer. A seguir, entendeu-se que preferências epistemológicas também eram decorrências de escolhas e portanto um valor. O importante passa a ser, então, o cuidado com a coerência entre tradição teórica, objeto e método (Bunge, 1987). A mudança de posição coincide com o reconhecimento do fim das grandes hegemonias teóricas, metodológicas e ideológicas na psicologia (Mahoney, 1993). Desta forma, entende-se a grande ênfase dada à vigilância crítica.

A crítica é um aspecto fundamental da ciência e ao se justificar um problema de pesquisa se faz através de críticas aos estudos precedentes. A revisão da literatura consiste, sabe-se, na identificação de lacunas, equívocos ou potencialidades ainda não exploradas em um determinado problema ou tema de pesquisa, sendo portanto uma tarefa crítica. O Artigo 12 indica que a crítica é importante para que o formando tenha uma visão do processo de construção do conhecimento psicológico. Pode-se interpretar que o artigo sugere que a introdução ao campo da psicologia inclua o estudo de problemas e métodos reconhecidos por sua importância histórica. Esses problemas e métodos, experimentos ou estudos devem ser revistos e desejosamente revividos, por

exemplo, replicando experimentos ou repassando estudos reconhecidamente importantes para o desenvolvimento da área. Um belíssimo exemplo desta tendência é o livro *Forty Studies That Changed Psychology* publicado em 1992 pelo professor Roger R. Hock, do New England College. Em suma, a revisão sistemática, incluindo laboratório, de experimentos e estudos clássicos é um importante desenvolvimento para o exercício crítico e para a autonomia do estudante. Fomenta-se a ética através da crítica.

Crítica é definida como um discurso pragmático que escolhe um valor epistemológico para explicitar determinado fundamento. Em contraste, ética refere-se às escolhas envolvidas na constituição de um determinado discurso. A relação entre ética crítica (a imposição de um valor) e crítica ética (a descoberta de um valor) pode ser exemplificada na contraposição entre contexto cultural, por exemplo, maior ou menor receptividade a uma determinada teoria, e contexto histórico, por exemplo, a pertinência de uma teoria para a clarificação e explicação de um fundamento, independente de preferências culturais. Um contexto cultural pode ter como valor um modo de definir conhecimento e assim evidências ou crenças são colocadas a serviço desse valor. Qualquer contexto pode impor um valor que se transformará em regra para uma determinada crítica. Sendo assim a escolha de uma regra será sempre arbitrária e sua justificativa estará baseada em valores. A polarização entre ética e crítica coloca o estudo das abordagens psicológicas em um campo de ambigüidades, no qual ética é a diferenciação entre boa e má ambigüidade, sendo esta ambigüidade o campo da crítica. O termo crítica é definido no Dicionário de Filosofia de André Lalande (1996, p. 221) como "um juízo de apreciação". Logo a seguir, o autor fala de "consciência crítica" como "o cuidado de não aceitar nenhuma asserção sem se interrogar primeiro sobre o valor dessa asserção, quer do ponto de vista do seu conteúdo (crítica interna) quer do ponto de vista de sua origem (crítica externa)". Lembra-se que temos trabalhado até aqui com os conceitos de crítica e ética. A definição de Lalande introduz o termo consciência que também deve ser incluído na presente

análise. A problematização do termo consciência serve de justificativa para que se recorra à abordagem fenomenológica que é conhecida como o estudo da experiência consciente.

Reflexividade, crítica e ética

Crítica e ética são dois conceitos fundamentais na tradição fenomenológica. Antes de tratar da relação entre fenomenologia, crítica e ética convém lembrar que o uso do termo fenomenologia para denominar um movimento filosófico com ramificações em vários campos do conhecimento, entre eles a psicologia, parece trazer mais problemas do que soluções. Husserl apropriou-se do termo para designar seu método para o estudo da subjetividade transcendental, isto é, para esclarecer o princípio último de toda a realidade. Deste então, o termo ficou tão associado ao seu trabalho que dizer fenomenologia é praticamente o mesmo que dizer pensamento husserliano. Por outro lado, é temerário o uso do termo tanto na concepção de Edwin Garrigues Boring, o celebrado historiador americano da psicologia, quanto na concepção dos psicoterapeutas existenciais (Spiegelberg, 1972). Boring entendia a fenomenologia como uma característica geral do mentalismo psicológico alemão. Do mesmo modo, convém diferenciar fenomenologia psicológica de fenomenologia existencial. Desde a década de 40, a fenomenologia vem sendo entendida na psicologia como referindo-se à existência. A associação é pertinente e remete ao interesse de psicoterapeutas por uma compreensão descritiva da psicopatologia. No entanto, a fenomenologia psicológica interessa-se também por recursos experimentais para o estudo de problemas de percepção, tato, olfato, memória e aprendizagem. Um exemplo é o livro *Experimental Phenomenology* de Don Ihde (1979). Embree em sua recente *Encyclopedia of Phenomenology* (1996) apresentou o desenvolvimento desta tradição em quatro estágios sucessivos e superpostos: (1) fenomenologia realista, caracterizada pela preocupação com a pesquisa de essências universais dos mais variados materiais,

incluindo a ação humana (um exemplo é a fenomenologia de Max Scheler); (2) fenomenologia constitutiva caracterizada pelo esforço husserliano de incluir a filosofia no campo das ciências naturais (um exemplo é a fenomenologia de Aron Gurwitsch); (3) fenomenologia existencial, caracterizada pela análise heideggeriana do ser humano para encontrar uma ontologia fundamental; e (4) fenomenologia hermenêutica que enfatiza a condição interpretativa da existência humana. A análise que segue usa o termo fenomenologia de forma genérica para ressaltar suas três principais características, aqui definidas como ferramenta de análise epistemológica: reflexividade, evidência e descrição.

O grande potencial da abordagem fenomenológica, como ferramenta de trabalho, está em ser, simultaneamente, descritiva, estrutural, ideacional, imaginativa e hermenêutica. Em outras palavras, a fenomenologia é uma ferramenta que auxilia na recuperação da novidade da experiência ordinária de cada dia (descrição), para que se possa especificar e explorar suas formas e estruturas (ideação), usando sistematicamente os recursos da imaginação. Requer ainda a atenção para a condição múltipla das aparências e para os muitos sentidos inerentes aos fatos e fenômenos. É uma ferramenta que requer do seu usuário o acompanhamento permanente do intercâmbio entre lógicas e contextos de observação, e clareza sobre o ponto do qual se observa. Ressalte-se, ainda, que o ponto base do qual se observa é móvel, que o movimento decorrente de um ponto de observação para outro redimensiona a perspectiva, que o contexto de onde se observa pode ser o mesmo da observação ou não, e que as observações são orientadas por regras lógicas. Em resumo, a fenomenologia é uma maneira de refletir e pensar sistematicamente, considerando as possíveis intervenções da memória, imaginação e percepção no objeto focal da reflexão.

O objeto focal do pensamento emerge de um determinado contexto e é mediado por regras lógicas. Essa posição, introduzida pela definição da fenomenologia como uma determinada maneira de pensar, retoma o problema inicial da relação entre ética e

crítica, acrescentando a esta relação as ligações lógicas e contextuais. Por lógica, define-se a associação entre um referente, um representante e um interpretante, bem ao modo de Peirce (1931–1938/1995),⁴ ou seja, o fluxo relacional entre o sujeito e sua observação passa necessariamente por algum tipo de mediação. O termo sujeito é usado no mesmo sentido que consciência e o termo observação no mesmo sentido que experiência. A regra lógica da mediação será sempre uma função do contexto. Contudo, em situações humanas e sociais, este contexto é por natureza ambíguo. Caso não o fosse não haveria necessidade nem de mediação e nem de intérprete. A maior evidência desta ambigüidade está na relação entre lei e interpretação jurídica, na qual argumentos de acusação e defesa, baseados na mesma lei, são mediados por um juiz. A terminologia de Peirce aparece na fenomenologia semiótica de Lanigan (1972) do seguinte modo: referente corresponde a expressão, representante a percepção, e interpretante a comunicação. A tríade de Lanigan recolocou o problema no nível da comunicação humana que está sempre ou quase sempre em situações de deciframento. Frases coloquiais como “o que ele quer dizer com isso, o que vão pensar disso, como posso indicar aquilo” ilustram os dilemas de expressão e do deciframento da percepção. Dizendo de maneira simples, o problema do deciframento (o que ele quer dizer com isso?) está na relação entre presença e ausência. O ato de expressar implica em que algo teve que ser completado de alguma maneira para que ganhe sentido e se mostre inteligível a percepção do outro ou de si mesmo. O deciframento deste sentido é resolvido através de regras de interpretação que não resolverão a ambigüidade, mas poderão distinguir entre boa e má ambigüidade.

A pertinência da compreensão da relação entre expressão, percepção e comunicação evidencia a natureza fundamental do estudo psicológico e a grande abrangência de sua aplicabilidade. Interpretar ou decifrar é uma função psicológica básica da consciência (nesta análise, o mesmo que dizer sujeito,

representante, reflexão, pensamento e mediação). No plano da evolução humana, a passagem de caçadores coletores tecnicamente primitivos para criadores de rituais e mitos está associada à expansão do cérebro e às primeiras manifestações da consciência (Lewin, 1999). Sabe-se que o cérebro humano é três vezes maior do que o cérebro de um símio se tivessem o mesmo tamanho de corpo. Tal condição responde pela inteligência e criatividade humana e que são expressos por gestos e falas. Nos mitos e rituais, a consciência expressa-se diante do enigma da vida e interpreta o desejo de ultrapassar limites. Por exemplo, agradar aos deuses para que se obtenha vitórias ou para alcançar algum tipo de recompensa depois da morte. A consciência é o indicativo mais importante da evolução humana e caracteriza-se pelas capacidades de ser racional, simbólica, abstrata, semiótica e lingüística. Nestes termos consciência é o mesmo que self reflexivo, self semiótico ou simplesmente self (Wiley, 1996). Os filósofos (Lalande, 1996) definem reflexividade como a capacidade da consciência voltar-se sobre si mesma. A reflexão requer a suspensão crítica do juízo para exercer suas funções de análises entre relações e entre ações.

Reflexividade na mediação entre presenças e ausências

A regra lógica de mediação entre presenças e ausências é uma função do contexto. O problema da relação entre presenças e ausências foi reconhecido por Husserl (1913/1992) em suas considerações sobre a consciência, foi reconhecido por Barthes (1964) em seus estudos sobre semiologia, e foi analisado através de tropos de linguagem por Burke (1962) e Leach (1976).

Moura (1989, p. 146) resumiu a visão husserliana de consciência como a “capacidade de apreender um conteúdo dado, ora como uma coisa, ora como outra, ora como complexo sonoro, ora como palavra, ora como conteúdo opaco, ora como um conteúdo que reenvia a outra coisa.” Uma mesma base sensorial pode constituir uma percepção de imagem ou de

4. Trata-se de um seleção de textos de Charles Peirce traduzidos para o português do Collect Papers (1931-1938).

símbolo, ou ainda de reenvio a outra imagem ou símbolo. A relação entre consciência e experiência é a mesma que entre presença e ausência. Na tradição fenomenológica utiliza-se o termo imanência para indicar o que está presente na consciência e o termo transcendência para o que está fora da consciência. Quando a consciência dirige-se ao objeto e o apreende, este objeto passa a ser imanente para a consciência (Brentano, 1874/1968). Ocorre neste ato um processo de significação. O que é esta significação e como se constitui? Barthes (1964) ao explicar a noção de significação em semiótica mostrou a variedade de termos usados para denominar esse ato mental. O autor, em vez de fazer uma escolha entre termos rivais (sinal, índice, ícone, alegoria e símbolo) preferiu defini-la como uma ligação entre dois *relata*. Em psicologia, esta relação entre *relata* está nos pares causa e efeito, parte e todo, estímulo e resposta, resposta e reforço, sonho e inconsciente, fato e idéia. Assim, dois *relata*, por exemplo, A e B constituirão sempre um produto C. Note-se que estou falando da mesma relação apresentada por Peirce (1931-1938/1995) entre referente, representante e interpretante, ou por Lanigan (1972) entre expressão, percepção e comunicação, ou por fenomenólogos existenciais entre experiência, consciência e existência (Merleau-Ponty, 1945/1994). Ressalte-se que o importante na relação entre *relata* é o conceito de classe, exemplo, classes A, B e C, pois o conteúdo que as preenche é móvel e sua variação inesgotável. É por isso que os fenomenólogos gostam de dizer que há sentidos, sentidos e sentidos.

Barthes (1964) apresenta cinco possíveis alternativas para a relação entre *relata*: (1) pode implicar ou não em uma relação psíquica de uma das partes; (2) pode implicar ou não em uma analogia entre elas; (3) a ligação entre dois *relata* pode ser imediata ou não; (4) a relação entre o referente e o representante pode coincidir ou, ao contrário, ultrapassa o outro; e (5) a relação implica ou não em uma ligação existencial. O exame metucioso desta especificação de Barthes poderia dar uma outra dimensão à compreensão epistemológica e metodológica em psicologia. As alternativas definidas por Barthes evidenciam os problemas das regras lógicas que servem de mediação entre observador (cons-

ciência, sujeito) e observação (experiência) e entre julgamento e obra. No entanto, como podemos introduzir a noção de contexto como mediador da relação entre A e B para sustentar um juízo de apreciação sobre o produto decorrente C? É o que fazem Leach (1976) e Burke (1962) através de quatro tropos de linguagem: símile/ironia, sinédoque, metonímia e metáfora.

Tropos de linguagem e a mediação reflexiva entre presenças e ausências

Os gramáticos definem tropo como figuras de linguagem que indicam desvios ou mudanças de significado para dar mais intensidade e beleza estilística. O Dicionário Aurélio (Ferreira, 1986) define símile como análogo; sinédoque como a comparação simultânea de várias coisas e como o uso do todo pela parte ou vice-versa (ex.: homens por mortais); metonímia como tomar a palavra que designa um objeto para designar outro por relação de contigüidade (ex.: bandeira por pátria); e metáfora como a transferência de uma palavra de um âmbito para outro por semelhança subentendida ou figurada (ex.: raposa por pessoa astuta).

Burke (1962) argumentou que os tropos podem ser usados como uma busca de descoberta e de descrição da verdade. Em contraste Leach (1976) descreveu a lógica que interliga as relações entre *relata* através de passos que correspondem aos tropos, reconhecendo esta correspondência explicitamente nos casos da metonímia e da metáfora. Há, contudo, uma inversão de ordem da exposição entre os dois autores. Leach descreve a lógica de interligação movimentando-se do símile (ironia) para a metáfora. Já Burke o faz partindo da metáfora para a ironia (símile). Burke ainda adverte que este empreendimento requer o uso literal ou realístico dos tropos de linguagem, em lugar de seu uso figurativo. O autor substitui, então, metáfora por perspectiva, metonímia por redução, sinédoque por representação, e ironia por dialética. Do mesmo modo, a presente análise recorre aos tropos de linguagem para encaminhar problema da mediação reflexiva entre presenças e ausências. A seguir, cada tropo indicado será examinado como contexto de referência para a

exemplo interessante de sinédoque é o conceito psicanalítico de condensação, que é definido como um processo inconsciente no qual "uma representação única representa por si várias cadeias associativas" (Laplanche e Pontalis, 1970, p. 129). No sonho, a condensação apresenta-se reunindo elementos ou imagens em unidades desarmônicas para reforçar um determinado elemento ou imagem. A sinédoque é a mais precisa ilustração da função representativa. O psicanalista Allen Wheelis em um artigo publicado em 1959 analisou os perigos envolvidos na escolha da psicanálise como profissão, descrevendo com grande beleza literária as agruras entre a consciência de um jovem psicanalista e a experiência de suas observações clínicas. As reconhecidas dificuldades com a clínica psicanalítica, diz o autor, podem levar a duas reações: dogmatismo ou ceticismo. A descrição que ofereceu para o caso do dogmatismo é um exemplo típico de contiguidade imaginada. A insegurança diante da tarefa analítica é compensada pelo refúgio dogmático. O fato não está na experiência mas na teoria. Diz o autor:

"A santidade da teoria e técnica psicanalítica é mantida ao custo do rompimento de sua ligação com os eventos clinicamente observados. Enquanto ele observa, sua experiência encaixa sua teoria sem problemas, mas o encaixe ocorre em sua própria mente. Ele simplesmente vê preto onde necessita ver preto, e branco onde necessita ver branco." (Wheelis, 1959, p.179)

Embora o exemplo refira-se à psicanálise, também aplica-se às relações dogmáticas com outras tendências e teorias em psicologia. Note-se que neste momento os autores do texto estão recorrendo à própria sinédoque para justificar a escolha do problema e estão assumindo os riscos que uma determinada escolha representa. O ponto importante a ser destacado é a natureza contextual, quando pertinente, implícita na ligação entre *relata*.

A metonímia (Burke, 1962) pode ser tratada como um tipo especial de sinédoque. Por exemplo,

após a analogia de uma correlação entre mente e corpo, ou consciência e matéria pode-se selecionar qualidade e quantidade como um par ligado sinodoticamente. Então, pode-se tratar como sinédoque a substituição de cada quantidade por qualidade ou qualidade por quantidade (desde que cada lado possa ser considerado como o signo ou sintoma do outro). Porém, somente a substituição da quantidade por qualidade poderia ser uma metonímia. A representação (sinédoque) reforça um relacionamento ou conexão entre dois lados de uma equação. Tal conexão pode ser compreendida como uma estrada que se estende em duas direções: de quantidade à qualidade ou de qualidade à quantidade. A redução, no entanto, segue somente em uma direção: de qualidade à quantidade. Leach (1976) refere-se às relações metonímicas como contínuas, intrínsecas e observáveis empiricamente. O exemplo psicanalítico de metonímia está no conceito de deslocamento, ou seja, a susceptibilidade de uma representação soltar-se dela e passar para outra originalmente menos intensa, isto ocorrendo em uma mesma cadeia associativa (Laplanche e Pontalis, 1970).

A metáfora (Burke, 1962) é considerada um artifício para ver alguma coisa em termos de outra coisa. Ela conta algo sobre um caractere como considerado do ponto-de-vista de um outro caractere. O termo caractere é definido por diversos conceitos: padrão, situação, estrutura, natureza, pessoa, objeto, ato, papel, processo, evento, e outros semelhantes. Desta forma, considerar A do ponto-de-vista de B é usar B como uma perspectiva para A. Usualmente, é pela aproximação por meio de uma variedade de perspectivas que se estabelece a realidade objetiva de um caractere. Entretanto, utilizar B como perspectiva para A envolve a transposição de um termo de um domínio para dentro do outro e estabelece um processo com variados graus de incongruência, uma vez que dois domínios nunca são idênticos. Na metáfora (Leach, 1976), as relações entre A e B dependem de transformações sendo que a similaridade é uma atribuição por hábito (serpente como símbolo do mal) ou convenção (mapas e suas legendas).

Retornemos a Burke (1962) para acompanhar o modo como conclui sua argumentação pelo tropo *simile*. Na verdade, o autor toma como foco de análise o negativo de *simile* e o desdobra em *ironia* e *dialética*. Em sua comparação, *dialética* e *drama* se equivalem. Um papel humano pode ser resumido em idéias que caracterizam a situação do agente: onde as idéias estão em ação, tem-se o *drama*; onde os agentes estão em ideação, tem-se a *dialética*. O relativismo é obtido pela fragmentação de cada *drama* ou *dialética*. Isolando-se um agente qualquer em um *drama* e vendo-se o todo em termos deste agente isolado tem-se o puramente relativístico. Entretanto, relativismo não é *ironia*. A *ironia* surge quando alguém tenta, pela interação de termos, um sobre outro, produzir um desenvolvimento que utiliza todos os termos. O relativismo é a tentação constante da *dialética* ou do *drama*. A tendência da *ironia* em direção à simplificação literal é outra tentação. A *ironia* tem um papel dual de adjetivo (incorpora uma das qualidades necessárias à definição total) e substantivo (incorpora as conclusões do desenvolvimento como um todo). Na *ironia* radical tem-se uma situação na qual aquilo que vai adiante como A, retorna como não A. Este é o padrão básico que coloca a essência do *drama* e da *dialética* na *ironia* do *peripatético*, o estratégico movimento do reverso. O mesmo ocorre quando a *ironia* é tomada como uma ética para a crítica científica ou quando um valor dogmático constitui-se numa escolha habitual de ética.

O reconhecimento dos diferentes tipos de mediação entre experiência e consciência constitui uma ética, na qual a crítica aparece em uma escolha de contexto. Ao contrário, a negligência com a diferenciação entre tipos de mediação constitui uma crítica, na qual ética é um contexto de escolha. O uso dos tropos de linguagem para descrever a mediação entre observação (experiência) e compreensão (consciência) sugere que a descrição contextual é o primeiro passo para análise. Assim, a crítica vem a seguir como uma recondução para apontar os acertos e equívocos da compreensão. Desta forma é possível: (1) especificar quando se trata de comparações entre substância e atributo (*metonímia*) e assim reconhecer

um campo próprio para verificações empíricas e quantificação de magnitudes; (2) especificar quando se trata de representações reversíveis entre parte e todo (*sinédoque*), e assim reconhecer um campo próprio para interpretações; (3) especificar quando se trata de comparações entre positividade e atributo (*simile*) e assim reconhecer um campo próprio para o cálculo de probabilidades; ou especificar quando se trata de comparações entre negatividade e atributo (*ironia*) e assim reconhecer um campo próprio para relativismo e embaralhamento entre partes e todos (*má ambigüidade*); e (4) especificar quando se trata de comparações entre substância e todo (*metáfora*), e assim reconhecer um campo próprio para formulações de possibilidades.

O uso dos tropos de linguagem como especificação de mediações diretas e indiretas entre consciência e experiência descrevem um emaranhado curioso entre achados e generalizações em ciências naturais e humanas. As ciências naturais movimentam-se de similitudes reais (*simile*) para similitudes atribuídas (*metáforas*) e de relações contínuas observáveis (*metonímias*) para relações descontínuas imaginadas (*sinédoque*). Em contraste, as ciências humanas movimentam-se da similaridade atribuída (*metáfora*) para a similaridade real (*simile*) e de relações contínuas observáveis (*metonímia*) para relações descontínuas imaginadas (*sinédoque*). Ambos os movimentos encontram dificuldades com os limites contextuais. A aproximação e o contraste entre conceitos é desejável e necessária; no entanto, deve-se ter claro que a associação é apenas um atributo.

A psicologia ocupa um importante espaço de interseção entre as ciências naturais e humanas. Wiley (1996, p. 146) mostra através de gráfico que a psicologia ocupa um espaço interseccional entre o *simbiótico* ou *semiótico* (cultura) e o *físico* não *simbólico* (*biológico* e *físico químico*). Recorrendo-se às palavras de Burke pode-se dizer que este espaço interseccional da psicologia é aquele campo de ambigüidade onde convivem o poeta e o cientista. Tal condição desafia o planejamento da formação em psicologia, principalmente pela falta de clareza e

consenso sobre esta intrigante realidade. Em compensação, nos coloca, havendo formação adequada, em uma condição privilegiada de interação e troca com as artes e com as ciências. O grande perigo desta falta de clareza é o psicólogo tentar fazer uma ciência poética que finda não convencendo nem como poesia e nem como ciência.

CONCLUSÃO

A fenomenologia hermenêutica apresenta-se essencialmente como uma abordagem na qual a crítica ética equívale a liberdade, enquanto que ética crítica equivale a dogma. Ao se recorrer à fenomenologia como uma abordagem para o estudo de determinados problemas psicológicos, tais como consciência e reflexividade, não se pode cair na tentação de oferecer caminhos paralelos a outros sistemas ou pontos ideais a serem alcançados. A proposta primordial da fenomenologia é colocar em questão o nosso modo de compreensão psíquica denominado por Husserl de *Sinnggebung* (Moura, 1989). Por *Sinn* entende-se o senso que é dado através da expressão e descoberto pela percepção. Por *Gebung* entende-se o ato caractere da percepção que é descoberto no processo de expressão. Nesta circularidade sinérgica e reversa entre percepção e expressão situam-se os limites de campo e liberdade (Lanigan, 1988). Ao rever os processos mediacionais entre percepção (consciência) e expressão (experiência) espera-se ampliar o campo para que haja liberdade de escolhas e atos descobertos. O exemplo dos tropos de linguagem é apenas uma maneira entre muitas de indicar o movimento em campos distintos, demarcados em contextos de ligações entre presenças e ausências. O exemplo alerta para a necessidade de colocar sob suspeita permanente modos de compreensão habituais e não críticos. Esta é a contribuição da abordagem fenomenológica para a apropriação crítica do conhecimento e o que a fenomenologia existencial chama de escolhas autênticas.

A análise apresentada aponta para três importantes conclusões. A primeira, refere-se à compe-

tência para avaliar criticamente diferentes teorias e metodologias em psicologia; a segunda sugere possibilidades de inserção de estudos fenomenológicos nos cursos de graduação tendo em vista a formação pluralista; e a terceira exemplifica o uso de uma abordagem como ferramenta de análise e não como fundamento único para um programa sistemático e abrangente de psicologia. A análise apresentada sugere que o desenvolvimento da competência crítica passa por várias habilidades entre as quais: (1) identificação de relações entre objetos e os conceitos atribuídos a esse objeto; (2) diferenciação entre objetos empíricos e objetos construídos; (3) descrição de relações entre objetos, contextos e interpretações (conceitos); (4) identificação dos próprios preconceitos para demarcação de interferências e limites destes preconceitos nas relações atribuídas a objetos e a conceitos. A inclusão da fenomenologia nos cursos de graduação poderá contribuir para estudos dos processos básicos e de suas psicopatologias, para análises epistemológicas e metodológicas, e para intervenções em diferentes níveis e contextos. Por contribuições refere-se, essencialmente, a uma forma de reflexão sistemática baseada na descrição, questionamento e interpretação compreensiva ou crítica. Tais cuidados contribuirão, certamente, para um exercício profissional ético. Por ética, entende-se uma relação de abertura aos dados e de suspeita às interpretações (capta). Interpretações são necessárias enquanto recursos elucidativos (crítica ética) e nunca enquanto saberes impositivos (ética crítica).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Atkinson, R. L.; Atkinson, C.; Smith, E. E. e Ben, D. J. (1995). *Introdução à psicologia* (D. Batista, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas.
- Barthes, R. (1964). *Elementos de semiologia* (Izidoro Blikstein, Trad) São Paulo: Editora Cultrix.
- Brentano, F. (1968). Act psychology. Em W. Sahakian (org.), *History of psychology* (pp. 479-486). Itasca, Ill.: F. E. Peacock Publishers, Inc. (Originalmente publicado em 1874).

- Bunge, M. (1987). *Epistemologia* (C. Navarro, Trad.) São Paulo: T. A. Queiroz (Trabalho original publicado em 1980).
- Burke, K. (1962). *A grammar of motives and a rhetorical of motives*. Cleveland, Ohio: The World Publishing Co.
- Embree, L. (org.). (1996). *Encyclopedia of phenomenology*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Ferreira, A. B. H. (1986). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Fraisse, P. (1970). La evolución de la psicología experimental. Em P. Fraisse, J. Piaget e M. Reuchlin (orgs.), *Historia y método de la psicología experimental* (pp. 9-93). Buenos Aires: Editorial Paidós (Trabalho original publicado em 1963).
- Hock, R. (1992). *Forty studies that changed psychology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Husserl, E. (1992). *Ideas relativas a una fenomenologia pura y una filosofia fenomenológica* (J. Gaos, Trad.) México: Fondo de Cultura Económica (Trabalho original publicado em 1913).
- Ihde, D. (1979). *Experimental phenomenology*. New York: Paragon Books.
- Lalande, A. (1996). *Vocabulário técnico e crítico de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lanigan, R. (1972). *Speaking and semiology: Maurice Merleau-Ponty's phenomenological theory of existential communication*. Mouton: The Hague.
- Lanigan, R. (1988). *Phenomenology of communication: Merleau-Ponty's thematics in communicology and semiology*. Pittsburgh, PA: Duquesne University Press.
- Laplanche, J. e Pontalis, J.-B. (1970). *Vocabulário da psicanálise*. Santos: Martins Fontes.
- Leach, E. (1976). *Cultura e comunicação* (C. R. Oliveira, Trad.) Rio de Janeiro: Zahar.
- Lewin, R. (1999). *Evolução humana* (D. Munford, Trad.) São Paulo: Atheneu Editora (Trabalho original publicado em 1998).
- Mahoney, M. J. (1993). Desenvolvimento recentes e futuras possibilidades em psicologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 6, 3-16.
- Merleau-Ponty, M. (1994). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes (Trabalho original publicado em 1945).
- Moura, C. A. R. (1989). *Crítica da razão na fenomenologia*. São Paulo: EDUSP.
- Peirce, C. S. (1995). *Semiótica* (J. T. C. Netto, Trad.) São Paulo: Perspectiva.
- Spiegelberg, H. (1972). *Phenomenology in psychology and psychiatry: A historical introduction*. Evanston: Northwestern University.
- Wheeler, A. (1959). Vocational hazards of psycho-analysis. *International Journal of Psychoanalysis*, 33, 171-184.
- Wiley, N. (1996). *O self semiótico* (L. P. Rounet, Trad.) São Paulo: Edições Loyola.

Recebido em: 30/10/99
Aceito em: 23/11/00